



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - ES

NOTAS EXPLICATIVAS 2024 - DEMREC

Esta demonstração tem como objetivo de evidenciar os valores devidos de receitas previdenciárias no exercício de 2024 e o montante efetivamente arrecadado no referido exercício. As informações são segregadas por Unidade Gestora, onde são informados mês a mês o montante devido e o montante arrecadado das contribuições previdenciárias e outras receitas.

Com as informações lançadas, é feito comparativo entre as colunas de valores devidos e valores arrecadados e, caso não ocorra a arrecadação total dos valores devidos, a diferença apurada deve ser lançada como um direito a receber.

Seguem alguns dados sobre o instituto, para entendimento das arrecadações evidenciadas no arquivo DEMREC.

Os servidores efetivos do Município de Santa Maria de Jetibá são abrangidos pelo Regime Próprio de Previdência Social, gerido neste município pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá (IPS/SMJ), conforme estatuto dos servidores (Lei 331/199, revogada pela Lei 2802/2024) e a lei de criação do IPS/SMJ (Lei nº 2643/2022)

No artigo 4º da Lei Municipal nº2643/2022, determina que o repasse de contribuições previdenciárias dos servidores efetivos, seja:

I – Jóia correspondente a 3% (três por cento) do salário de contribuição de um ano de cada Segurado ao ingressar na Instituição, sendo recolhida em prestações mensais, até o prazo de 12 (doze) meses [...]

II - Contribuição mensal do Segurado:

a – Em exercício, o percentual de 14% (quatorze por cento) [...]

b) Aposentados, o percentual de 14% (quatorze por cento) [...].

III – Contribuição dos pensionistas, no percentual de 14% [...]

IV – Contribuições dos Poderes Executivo, Legislativo, Autarquias e Fundações do Município, [...] no percentual de 17,20% (dezessete virgula vinte por cento) [...].

As contribuições previdenciárias dos servidores efetivos e patronal, são repassadas pelas seguintes unidades gestoras: Câmara Municipal, Fundo de Saúde e Prefeitura de Santa Maria de Jetibá. Há também as contribuições previdenciárias dos assegurados do próprio Instituto de Previdência, cujos benefícios ultrapassam o valor do teto do INSS. Além das contribuições previdenciárias, o IPS/SMJ recebe aporte atuarial periodicamente, visando cobrir seu déficit, conforme avaliação apresentada pelo atuário contratado.

O IPS/SMJ não possui segregação de massa. Também não possui em seu quadro funcional, nenhum servidor efetivado pelo próprio órgão.



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - ES

APORTES - DOS VALORES DEVIDOS E ARRECADADOS NO EXERCÍCIO DE 2024:

A Lei Municipal nº 1489/2012, e suas alterações, fixa o aporte atuarial, com base no cálculo atuarial. No exercício em referência, o montante repassado pelo Poder Executivo Municipal foi de R\$6.363.107,41 mais atualização mensal, em conformidade com Art.2º e Art. 3º da Lei Municipal nº 2.448/2021 e da Lei Municipal nº 2808/2024, cumprindo com o repasse em sua totalidade.

Além do aporte já previsto na Lei Municipal nº 2.448/2021, com a publicação da Lei Municipal nº 2808/2024, o município acrescentou o montante de R\$2.352.991,34, destinado ao complemento do déficit atuarial apurado no exercício de 2022, repassado em sua integralidade.

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - DOS VALORES DEVIDOS E ARRECADADOS NO EXERCÍCIO DE 2024:

O IPS/SMJ arrecadou todos os valores devidos referentes as contribuições previdenciárias, assim como o aporte atuarial do exercício de 2024. Apenas as contribuições previdenciárias da competência de dezembro 2024, cujo prazo para recolhimento é até dia 20 do mês subsequente, não foram arrecadadas das UGs Prefeitura e Fundo de Saúde. Os valores devidos pelas unidades gestoras Fundo de Saúde e Prefeitura de Santa Maria de Jetibá foram inscritos em créditos a receber, somando um saldo de R\$1.107.075,60, evidenciado no Balanço Patrimonial.

Estão incluídos no total da contribuição do Servidor Civil Ativo e no total da Contribuição Patronal os valores correspondentes de uma servidora ativo do poder legislativo, mas que solicitou licença sem vencimentos, conforme processo 110/2023, portaria 68/2023, a partir do mês de junho de 2023, cuja decisão de contribuir ao regime, durante o período em licença, é facultativa e realizada pelo próprio servidor junto ao RPPS, se assim decidir. Por não se tratar de uma obrigatoriedade, os seus respectivos valores não foram lançados em créditos a receber, referente a competência de dezembro de 2024.

Também está incluído nas contribuições do servidor ativo, a contribuição previdenciária do servidor cedido pela Prefeitura ao próprio Instituto de Previdência.

Santa Maria de Jetibá, 28 de março de 2024

Andreia Bridi
Contadora CRC nº ES 20752/O-2